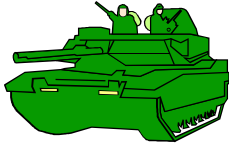

HISTÓRIA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL





Prelúdio da Guerra

A assinatura do tratado de paz no final da Primeira Guerra Mundial deixou a Alemanha humilhada e despojada de suas possessões. Perdeu seus territórios ultramarinos e, na Europa, a Alsácia-Lorena e a Prússia Oriental. Os exércitos aliados ocuparam a região do Reno, limitaram rigorosamente o tamanho do Exército e da Marinha alemães, e o seu país foi obrigado a pagar indenizações pela Primeira Guerra Mundial que logo provocaram o colapso de sua moeda e causaram desemprego em massa.

Assim, foi numa Alemanha envenenada pelo descontentamento que Adolf Hitler ergueu a voz pela primeira vez. Apelando para a convicção do povo alemão de que tinham sido brutalmente oprimidos pelos vencedores da guerra, logo conseguiu uma larga audiência. Falava de grandeza nacional e da superioridade racial nórdica, denunciava judeus e comunistas como aqueles que haviam apunhalado a Alemanha pelas costas e levado o país à derrota, e por meio de um programa intensivo de propaganda criou o Partido Nacional-Socialista, que em 1932 tinha 230 lugares no Parlamento alemão e cerca de 13 milhões de adeptos. Depois da morte do Presidente Hindenburg, em 1934, o poder de Hitler tornou-se absoluto. No verão de 1934, eliminou implacavelmente os rivais e, desprezando a regra de lei, estabeleceu um regime totalitário.

Em seguida deu início a um programa de rearmamento, em contravenção ao Tratado de Versalhes, mas sem ser impedido pelos demais signatários, e no começo de 1936 já estava confiante o bastante para enviar tropas alemãs para reocupar a região do Reno. Mais uma vez os Aliados não fizeram nenhuma tentativa para detê-lo, e a operação foi bem sucedida. Mais tarde, no mesmo ano, ele e seu aliado italiano fascista Benito Mussolini enviaram auxílio a Franco na Guerra Civil Espanhola e assinaram um pacto unindo-os no Eixo Berlim-Roma.

A preocupação primária de Hitler durante esse período foi com a necessidade alemã de Lebensraum, ou seja, espaço vital. Se o país devia passar de nação de segunda categoria para primeira potência mundial, necessitava de espaço para se expandir, e se precisava comportar uma população em rápido crescimento e exigindo prosperidade, necessitava de terras para cultivo e matérias-primas para energia e indústria.

Começou olhando na direção da Áustria, que já possuía um forte movimento nazista, mas cujo chanceler estava ansioso por conservá-la como nação independente. Os exércitos de Hitler avançaram assim mesmo e, em 1938, entraram em Viena, sem encontrar oposição. Hitler tivera êxito pela combinação de uma diplomacia de força e um hábil desenvolvimento de sua máquina de propaganda.

A Checoslováquia seria a próxima vítima. A região fronteiriça, conhecida como Sudetos, tinha uma população alemã que se sentia excessivamente discriminada tanto pelos tchecos quanto pelos eslovacos. A região era rica em recursos minerais, tinha um grande exército, e ostentava fábricas de equipamento bélico Skoda. Incitando o descontentamento da população germânica, Hitler foi capaz de fomentar a agitação na Checoslováquia, que levou a um confronto armado na fronteira. Nessa altura, o primeiro-ministro britânico, Neville Chamberlain, representando os defensores da Checoslováquia - Inglaterra, França e Rússia -, foi à Alemanha acalmar Hitler. O resultado de uma série de reuniões foi que, a menos que os Sudetos fossem anexados à Alemanha, Hitler começaria uma guerra; mas se suas reivindicações territoriais na Checoslováquia fossem atendidas, não faria reivindicações posteriores no resto da Europa. A França e a Inglaterra concordaram - apesar de suas promessas de proteger a Checoslováquia -, e Hitler, quebrando também a sua promessa, mais tarde invadiu a Checoslováquia inteira. Considerou que a Inglaterra não estaria preparada para lutar por aquele país, e que a França não ia querer lutar sozinha - e estava certo; mas na vez seguinte, quando invadiu a Polônia, elas declararam guerra.

Como a história provaria mais tarde, a declaração veio com excesso de atraso. As vacilações das potências ocidentais haviam permitido que Hitler alcançasse uma força armada e uma posição na Europa, cujo desalojamento levaria seis anos de carnificina.

Começa a Luta

Nas circunstâncias, as exigências de Hitler na Polônia até que foram modestas: tudo o que reclamava, dizia, era a devolução do porto alemão de Dantzig e livre acesso a ele e à Prússia Oriental através da Polônia, o Corredor Polonês. A Polônia não estava inclinada a ceder, e vendo que a Inglaterra reagira violentamente à ocupação da Checoslováquia, Hitler não fez muita pressão no início. Afinal de contas, a Inglaterra havia duplicado seu efetivo bélico e dera à Polônia uma garantia absoluta de proteção. Mas percebeu que a garantia não valia nada sem o apoio russo de leste, e, percebendo que os ingleses iam se apressar a solicitar esse apoio, tratou de trazer a Rússia para o seu lado. Os russos tinham sido evitados pelos ingleses quando ofereceram, anteriormente, uma aliança, e não estavam relutantes, depois de superada a desconfiança inicial, em fazer um acordo com Hitler, particularmente quando este lhes prometia uma oportunidade de recuperar o território polonês que havia perdido em 1918.

Assinado o pacto Molotov-Ribbentrop, o caminho de Hitler estava livre, e em 1º de setembro de 1939 forças alemãs cruzavam a fronteira polonesa. Seguiu-se a primeira demonstração da eficácia da tática móvel combinando forças blindadas e aéreas. Os poloneses concentraram seus exércitos bem à frente, perto da fronteira, e suas reservas ficaram escassamente espalhadas. Assim, quando as colunas blindadas de Hitler, apoiadas pela Luftwaffe, atravessaram as fortificações da Polônia, as tropas polonesas, marchando a pé, foram incapazes de retroceder com rapidez suficiente para se reagruparem. Num hábil movimento de pinças, Bock e Von Rundstedt, do norte e do sul respectivamente, lançaram seus homens em direção a Varsóvia. Em 17 de setembro tropas russas cruzaram a fronteira oriental e, apesar da valente resistência, Varsóvia caiu a 28 de setembro.

A oeste, ingleses e franceses haviam conseguido pouca coisa, parte por causa da lentidão da mobilização, parte por causa de idéias táticas ultrapassadas. A leste a Polônia caiu porque seu Exército, ainda confiando em maciças cargas de cavalaria, era um anacronismo, posto em total desorientação pela implacável investida das forças compactas e altamente móveis de Hitler.

A Alemanha e a Rússia dividiram a Polônia entre si, e a Rússia foi além, fazendo consideráveis exigências territoriais à Finlândia, contra o que os finlandeses se opuseram. Seguiu-se uma guerra onde os finlandeses lutaram dura e amargamente, mas que em março de 1940 já era uma questão decidida.

O colapso da Polônia foi seguido pelo que se tornou conhecido como “guerra disfarçada” que durou até a primavera de 1940. Durante esses meses, os líderes aliados consideraram plano ofensivo após plano ofensivo - sem chegar a conclusão alguma -, enquanto Hitler, depois de ter a sua oferta de paz aos Aliados rejeitada em outubro, desenvolveu seus planos para uma ofensiva impetuosa e decisiva contra a França. Quanto mais cedo desencadeasse sua ofensiva, menos preparados estariam os franceses para lhe fazer frente, e depois de derrotada a França, ele tinha certeza de que a Inglaterra negociaria a paz. Entretanto, o tempo, seus generais e as condições climáticas estavam contra ele, e mesmo quando finalmente fixou a data de 17 de janeiro para início da ofensiva, um extraordinário incidente liquidou seus planos. Um oficial alemão, voando de Munster para Bonn, perdeu a rota e aterrissou na Bélgica. Foi preso, e com ele seus captores encontraram o plano operacional completo da Alemanha para o ataque ao oeste. Quando o novo plano, o Plano Manstein foi posto em prática, trouxe poucas surpresas desastrosas para os Aliados.

"Quem quer que acenda a tocha da guerra na Europa nada pode desejar senão o caos".

Adolf Hitler, 21 de maio de 1935

A 30 de janeiro de 1933, Hitler ascendeu ao poder na Alemanha. Essa data marca, tanto quanto o pode fazer uma simples data, o fim do período "após-guerra", na história européia. Durante os catorze anos que se lhe seguiram, os estadistas tiveram seu pensamento subordinado à guerra passada, às suas lições e aos problemas que ela deixou por solucionar. De 1933 em diante, eles se viram forçados a subordinar cada vez mais seu pensamento à próxima guerra, e não à que passara.

Em busca da paz

O problema relevante, que as nações tiveram que enfrentar depois de 1918, foi o da criação de um mundo pacífico. A frase "uma guerra para terminar com a guerra" oculta uma profunda emoção nascida da revolta contra a barbárie da guerra, como meio de se solucionar disputas. Mas se uma repetição da pavorosa catástrofe tivesse de ser evitada, as condições capazes de torná-la possível deveriam ser removidas. Particularmente, o direito soberano de toda nação, de perturbar a paz na busca das respectivas finalidades nacionais, era algo que devia ser abolido. A insistência em torno desse direito e a recusa das Grandes Potências em subordinar suas ambições individuais ao bem-estar geral, resultaram na anarquia internacional que produziu a guerra de 1914. A estabilidade da paz, somente poderia ser assegurada pela eliminação da violência e a substituição dos métodos legais nas questões internacionais.

Assim, um dos maiores temas na história do mundo de após-guerra, é o esforço em favor do estabelecimento de um método para a solução pacífica das questões. O Covenant da Liga das Nações asseverou, em seu preâmbulo, ser desejo dos signatários promover a cooperação internacional "aceitando a obrigação de não recorrerem à guerra" e "pelo firme estabelecimento da compreensão do direito internacional, como a verdadeira regra de conduta entre os governos". O Covenant procurou pôr em prática esses princípios pelo assentamento de um modo de agir definitivo, em favor dos acordos pacíficos e pela criação de penalidades, ou "sanções", contra qualquer Estado que violasse essas resoluções. Por meio do Pacto de Paris, ou Pacto Kellog, sessenta e dois Estados concordaram em renunciar à guerra como "instrumento de política nacional" - isto é, como método de efetivar suas exigências ou de satisfazer suas ambições - e prometeram que somente por meios pacíficos procurariam ajustar suas disputas. Em adição a esse acordo geral, tratados específicos de conciliação e não-agressão foram concluídos por muitos Estados com os seus vizinhos. Mesmo assim, a possibilidade da guerra sob certas circunstâncias ainda permaneceu; mas se esses acordos tivessem sido fielmente observados, teriam representado um longo passo em prol da eliminação da guerra no mundo moderno.

Nesses acontecimentos, a República Alemã teve parte louvável. A amargura que se seguiu à guerra, e que achou expressão num conflito contínuo e inútil, entre vitorioso e vencido, começou a atenuar-se pelo ano de 1924. Os aliados reconheceram a necessidade de aceitar a Alemanha como componente normal da sociedade européia das nações. A Alemanha, por sua vez, sob a orientação de Stresmann, abandonou a atitude de resistência e vingança, em favor de uma política de "reconciliação e realização". O resultado imediato dessa mudança foi o Tratado de Locarno em 1925. A Alemanha trocou mútuas garantias, com a Bélgica e a França, prometendo ambos os lados jamais entrar em guerra um contra o outro, e resolver por meios pacíficos "as questões de qualquer espécie que surgissem entre eles". Os tratados alemães de arbitramento com a Polônia e a Tchecoslováquia formaram parte do mesmo acordo. Em 1926, um tratado de não-agressão foi firmado entre a Alemanha e a Rússia. No mesmo ano, a Alemanha ingressou na Liga das Nações e aceitou as obrigações do Covenant. Em 1928, ela foi um dos signatários originais do Pacto de Paris, e, em 1929, suas relações pacíficas com a Rússia foram reforçadas por um tratado de conciliação

entre as duas potências. De tais ações poder-se-ia deduzir que a Alemanha estava pronta para tomar parte ativa, senão dirigente, na causa da paz.

Atrás desses auspiciosos acontecimentos, contudo, outros, menos promissores se estavam processando. Subsistiam muitas das primitivas concepções de pré-guerra. A atitude de desconfiança e receio, legada pela guerra passada, custava a se desvanecer. E, o que não é menos importante, a tentativa de criar um mundo pacífico originou-se da situação estabelecida pelos tratados de 1919. Não há necessidade de se discutir aqui a sabedoria ou justiça dos tratados. É bastante se reconhecer que uma das suas causas fôra o anseio de se proteger contra qualquer novo ataque das potências derrotadas. As nações vitoriosas sentiram que deviam permanecer bastante fortes para jugular qualquer tentativa dessa natureza - ou melhor ainda, que os seus inimigos deviam tomar-se impotentes para repetir a agressão de 1914. Se um sistema de paz permanente pudesse ser estabelecido, essa atividade de desconfiança seria talvez abandonada. Mas até que pudessem confiar na eficácia de um sistema de segurança coletiva, no qual um Estado ameaçado pelos seus vizinhos pudesse contar com a proteção de outros Estados, as nações acharam que deveriam continuar confiando na sua própria superioridade de força.

O resultado foi que a idéia de se resolver disputas por negociações, ao invés da força, teve na prática um êxito muito limitado. As nações vitoriosas mostravam-se relutantes em conceder quaisquer vantagens substanciais das quais seus antigos inimigos se pudessem um dia utilizar contra ela. Isto significou que a Alemanha, por sua vez, se desiluiu de toda a idéia de soluções pacíficas. Stresemann conduziu a sua política com dificuldade, contra um forte elemento nacionalista, que acreditava mais na violência que na conciliação. Quando a política de Stresemann demonstrou ser incapaz de produzir os resultados esperados, e quando, além disso, a Alemanha mergulhou com o resto do mundo na depressão de 1929, o caminho estava aplainado para a derrocada de sua política de moderação e para a volta ao ódio e à violência.

A filosofia de Hitler

O ódio e a violência levaram Hitler ao poder. Ele simbolizava um ponto de vista inteiramente hostil aos ideais que animavam os esforços tendentes ao estabelecimento de uma paz permanente. Contra o conceito de uma comunidade de nações, ele se batia por um nacionalismo fanático. Contra a idéia do domínio do direito, ele antepunha a supremacia da força armada. Os esforços que resultaram na criação da Liga das Nações e assinatura do Pacto de Paris estavam baseados na crença de que a paz não só era desejável como possível, e de que disputas entre nações poderiam ser solucionadas por meios de pacíficas negociações. O espírito que Hitler representava recusava-se a admitir que os desejos da Alemanha pudessem ficar comprometidos por concessões feitas a outras nações. Esses desejos tornaram-se "direitos" que não poderiam ser preteridos, que nem mesmo ficariam sujeitos a negociações, mas teriam que ser concedidos à Alemanha - ou a consequência seria a guerra.

Os alemães que adotaram esse ponto de vista, encontraram um objetivo concreto de ataque no Tratado de Versalhes. Por esse tratado, a Alemanha perdeu uma oitava parte de seu território de pré-guerra, inclusive terras que tinham sido suas durante gerações, e mesmo séculos. Perdeu mais de seis milhões de sua população, muitos alemães que assim ficaram separados da mãe-pátria. A perda do território significou a privação de importantes recursos, tais como carvão e ferro; e, além disso, a perda das antigas colônias, privou a Alemanha de outras fontes de abastecimento. Essas perdas serviram para dismantelar-lhe a organização econômica pré-guerra, e suas probabilidades de recompor-se ficaram gravemente dificultadas pelas reparações de guerra que lhe foram impostas. Além disto, o tratado imprimiu-lhe humilhações como a "mentira de culpada pela guerra", pelas quais ela aceitou a responsabilidade pela guerra de 1914; as restrições sobre suas forças armadas de terra e mar e a proibição de ter uma força aérea militar; a criação de uma permanente zona desmilitarizada em ambas as margens do Reno, nas quais nem tropas, nem fortificações eram permitidas; e um exército aliado de ocupação, que permaneceria em solo alemão pelo menos durante quinze anos depois da paz.

O primeiro objetivo da Alemanha nazista foi o de quebrar esses grilhões impostos pelo acordo da paz.

Mesmo reconhecendo a perda da Alsácia-Lorena como definitiva, a Alemanha se recusava a aceitar indefinidamente uma situação que deixasse sua fronteira ocidental indefesa contra uma invasão. Na sua fronteira oriental, a Alemanha estava completamente insatisfeita com os limites de 1919. A perda de Dantzig, o desmembramento da Silésia, a criação do Corredor Polonês, que separou terras alemãs, tudo, enfim, era olhado como afrontas intoleráveis aos direitos nacionais alemães. O retorno final desses territórios tornou-se, pois, um objetivo consistente da política exterior alemã.

Mas os objetivos de Hitler foram muito além disto. Embora tivesse adotado tanto a atitude militarista como as ambições pangermânicas, que existiram na Alemanha de antes da guerra, acabou por completo com os objetivos da diplomacia de antes da guerra. Bismarck, depois da sua vitória sobre a França, renunciou qualquer desejo de maior extensão das fronteiras alemãs. Descrevendo a Alemanha como um "Estado saciado", ele se concentrou na construção de alianças e de amizades que a garantissem contra ataques. Quando os seus sucessores iniciaram uma política expansionista, fizeram-no mais na esfera colonial que na européia. Hitler, no *Mein Kampf*, manifesta o seu desdém por ambas as políticas. Não é bastante para a Alemanha recuperar as terras que perdeu como resultado da guerra. "A exigência do restabelecimento das fronteiras de 1914, é uma loucura política... As fronteiras de 1914 nada mais significam para o futuro da nação alemã " E a seus olhos a volta das colônias, pelo menos no momento, é igualmente sem importância. "Para a Alemanha, a única possibilidade de realizar uma política territorial solidamente alicerçada consiste na conquista de terras novas na própria Europa."

Atrás dessa idéia jazem as teorias raciais e nacionalistas de Hitler: raça como fundamento de todo o progresso humano, e pureza de sangue como fundamento da raça. "O povo não perece por perder guerras, mas pela perda daquela força de resistência, que é contida apenas no sangue puro." A raça mais alta, a criadora exclusiva da cultura moderna, é a ariana ou nórdica, que se corporifica da maneira mais pura nos alemães. É dever sagrado dos germânicos manter essa pureza e assegurar a sua supremacia sobre as raças inferiores que os rodeiam.

E o dever fundamental dessa raça superior, não é somente o de sobreviver, mas também o de expandir-se. O Estado "deve garantir à raça que ela cumpre uma finalidade sobre este planeta". A Alemanha tem que possuir toda a terra que for necessária para que o seu povo tenha conforto e segurança. "O direito à terra e solo pode ser mudado para dever, uma vez que sem extensão de solo, uma grande nação se veja condenada à ruína." isso se aplica não somente à atual população da Alemanha, mas ao seu crescimento futuro. "Hoje somos 80 milhões de alemães na Europa. Mas a justiça desta política externa não ficará estabelecida, senão quando dentro de um simples século 250 milhões de alemães estejam vivendo neste continente."

Esta é a doutrina que se resume na frase "sangue e solo". Envolve ela a determinação de reunir todos os alemães num só Estado, e a de adquirir terra bastante para lhes prestar apoio de acordo com o valor de sua superioridade racial. "Sem dúvida, tal política territorial não pode achar por exemplo a sua finalidade cumprida no Camerum, mas sim quase que exclusivamente na Europa". Mas onde na Europa pode a Alemanha encontrar terras para a expansão de sua população? Somente naquela grande planura setentrional que se estende para o leste das fronteiras alemãs. "Falando de terras na Europa, hoje em dia apenas podemos referir-nos em primeira instância à Rússia e aos Estados fronteiriços sob a sua influência. Eles parecem ser o caminho que o destino nos aponta". E os povos inferiores que já vivem nessas terras, não têm direito algum que prevaleça contra as necessidades do alemão superior. Como já o expressou grosseiramente Alfred Rosenberg: "A honra racial exige território, e território bastante. Numa luta assim não pode haver consideração por vis poloneses, tchecos, etc. O terreno tem de ser limpo para os camponeses alemães".

Um programa desse modo revolucionário, não deixa claramente lugar para métodos de moderação. Stresemann, com suas limitadas aspirações, pôde ter esperança em ser afinal atendido por meio de negociações pacíficas. Hitler não podia esperar tal coisa e, de fato, não teve desejo algum de adotar esse meio. Ele o repudiou deliberadamente em favor de uma solução pela força. "A reconquista de territórios

perdidos" - diz ele no Mein Kampf "não pode ser obtida com solenes apelos a Deus todo-poderoso, ou por meio de piedosas esperanças numa Liga das Nações, mas apenas pela força armada". E, de fato, este método é não somente necessário, mas admirável. "Aqueles que querem viver devem lutar, e os que não quiserem combater neste mundo de eternas lutas, não merecem viver... Nas guerras eternas, tornou-se grande a humanidade - na paz eterna, a humanidade se arruinaria".

A Alemanha e o desarmamento

A qualquer um que percebeu o significado desse programa, deve ter ficado claro que a Alemanha de Hitler precisava ser tratada de um modo muito diferente do da Alemanha de Stresemann. Contudo, a despeito de seu interesse pela ascensão de Hitler, as potências demonstraram pouca compreensão da natureza fundamental da metamorfose que assim teve lugar, não somente na Alemanha, mas também na situação internacional. Elas estavam talvez menos dispostas que nunca a fazer concessões de grande alcance que pudessem enfraquecer a sua presente situação de segurança; mas o método do gradual ajuste pela negociação, foi ainda o que tentaram aplicar nas suas relações com o novo regime.

E, de fato, a despeito da crescente impaciência da Alemanha, esse método lhes trouxe já importantes benefícios. O mais notável foi a solução da questão das reparações. Haviam sido feitos esforços para modificar e regularizar suas dificuldades econômicas por meio do Plano Dawes de 1924 e do Plano Young de 1929; e quando o último destes planos fracassou como resultado da depressão, ficou finalmente claro que toda a política de reparações se tornara impraticável. Ela foi abandonada em consequência da conferência de Lausanne de 1932; embora certas reivindicações fossem pró-forma mantidas e apesar de uma tentativa ter sido feita para encadear a resolução com o problema do débito da guerra, a resolução significou para todos os efeitos que o problema das reparações chegara a um fim.

Outro terreno em que a Alemanha obteve uma vantagem importante, se bem que muito mais limitada, foi o do desarmamento. As nações vitoriosas se colocaram na obrigação moral de tomar medidas reais nesse terreno. O Covenant da Liga asseverava que isso era necessário para a manutenção da paz. A cláusula do Tratado de Versalhes que impôs o desarmamento à Alemanha, afirmou que isto foi feito "com a finalidade de tornar possível a iniciativa de uma limitação geral dos armamentos de todas as nações." Numa nota à Alemanha a respeito dessa cláusula, os aliados tinham dito:

As potências aliadas e associadas desejam tornar claro, que as suas exigências em relação ao armamento alemão, não foram feitas unicamente com o objetivo de tornar impossível à Alemanha retomar a sua política de agressão militar. Elas também representam os primeiros passos para a redução e limitação dos armamentos, o que constituiria um dos mais frutíferos preventivos da guerra e cuja realização deverá ser um dos primeiros deveres da Liga das Nações.

Quando, pois, se reuniu a primeira conferência do desarmamento, em fevereiro de 1932, a Alemanha achou que tinha o direito de exigir que essa promessa fosse cumprida, ou que a Alemanha fosse libertada das limitações que lhe tinham sido impostas. Ficou demonstrado ser difícil a adoção do primeiro caso, e a França em particular mostrou-se relutante em aceitar o segundo. Apesar de tudo, um acordo foi conseguido a 11 de dezembro de 1932 - acordo por meio do qual a Inglaterra, a França e a Itália concordavam com o princípio de "igualdade de direitos, num sistema que daria segurança a todas as nações". O passo foi dado somente depois que a Alemanha se retirou da conferência de desarmamento, e a efetiva aplicação do princípio foi passível de nova dilatação. Mas a própria aceitação do princípio, foi uma concessão muito real. Não mais foi possível resistir-se indefinidamente às reivindicações da Alemanha neste terreno.

Cedo tornou-se aparente, entretanto, que Hitler tinha pouca intenção de aguardar o lento progresso das negociações - se é que tinha mesmo algum desejo de obter um acordo negociado. Pelo mês de março de 1933, seus desafios tinham ido tão longe que a Grã-Bretanha se viu compelida a apresentar uma série

inteiramente nova de propostas, numa tentativa para solver o impasse. A 13 de maio, um discurso do vice-chanceler von Papen, fez com que o mundo aguardasse com alarme, em suspense, a mensagem que Hitler devia dirigir ao Reichstag quatro dias mais tarde. Um apelo direto do presidente Roosevelt, teve o efeito de moderar a linguagem de Hitler, mas não a sua atitude fundamental. Já ele estava pondo em jogo as táticas que se iam tornar familiares, que consistiam na apresentação de propostas aparentemente razoáveis e, em seguida, na fuga a qualquer negociação efetiva pela rejeição de tudo que pudesse significar uma garantia de sua boa fé. O clímax sobreveio a 14 de outubro de 1933. Na manhã desse dia, tinha sido discutida em Genebra uma nova proposta britânica que considerava um gradual desarmamento geral, sob a condição da Alemanha abster-se do rearmamento durante o intervalo necessário à realização da iniciativa. À tarde desse mesmo dia, Berlim anunciou a retirada da Alemanha, não somente da conferência, mas também da Liga das Nações. Foi o sinal de que Hitler tinha abandonado toda a pretensão de uma ação coletiva em favor do desafio, baseado na força.

Duas outras tentativas de manter a Alemanha associada aos esforços conjuntos desenvolvidos pelas outras potências, tinham fracassado nesse ínterim. Em junho, uma Conferência Econômica Mundial teve lugar em Londres. Em agosto, ela foi protelada numa atmosfera de desapontamento e desilusões. Mas no decorrer da conferência, a Alemanha tinha revelado a idéia que fazia das soluções econômicas, num memorando em que exigia a devolução das colônias alemãs e a liberdade de agir à vontade contra a Rússia. Em julho, realizou-se em Roma uma conferência e nela Mussolini buscou um acordo que aplainaria o caminho do desejo mútuo da Alemanha e da Itália de revisar o tratado de paz, com o apoio benevolente da Grã-Bretanha a sobrepor-se à oposição da França. Mas a idéia somente conduziu a um Pacto das Quatro Potências, pacto tão inútil que nenhuma delas se deu sequer ao trabalho de o ratificar. Pelo mês de outubro, a Alemanha estava convencida de que, no momento, iria mais longe, caminhando sozinha.

A Alemanha se rearma

A despeito da gravidade da situação, o governo britânico preferiu manter-se otimista. Recusou-se a admitir que a brecha fosse permanente ou que os métodos de conciliação fossem daí por diante igualmente ineficazes. "A Alemanha não é objeto de imposições" - disse Sir John Simon. "Ela é parte numa discussão... Saudamos as garantias de Herr Hitler de que o único desejo da Alemanha é a paz e de que ela não tem intenções agressivas". A Grã-Bretanha, portanto, assumiu o papel de mediadora, numa tentativa de afastar as dificuldades, particularmente as existentes entre a França e a Alemanha. "A questão política central" - como disse Sir John Simon - "é como conciliar a exigência alemã de igualdade com o desejo de segurança da França." Para esse fim a Grã-Bretanha encorajou ativamente negociações diretas entre os dois Estados, baseadas na aceitação de uma medida limitada e controlada de rearmamento a favor da Alemanha.

Nada resultou desses esforços. A França estava determinada a encarar o rearmamento alemão como um perigo. A Alemanha por sua vez acompanhava suas ofertas com condições que pareciam anular limitações efetivas. Em tais circunstâncias, a França ficou mais determinada que nunca a tornar sua segurança absolutamente certa antes que se visse diante de uma Alemanha rearmada e agressiva; e em 1934 o primeiro ministro francês, Barthou, efetuou ativos esforços com essa finalidade.

O resultado foi o projeto de um Locarno oriental. A crescente preocupação da Rússia com o crescimento da Alemanha Nazista fê-la cada vez mais desejosa de tomar parte nos esforços em favor do estabelecimento de segurança coletiva. A profissão de fé hitleriana de pacíficas intenções deu uma oportunidade para a apresentação do novo projeto como uma prova de sua sinceridade. A França pode ter se mostrado céptica sobre o resultado, mas a Grã-Bretanha estava ansiosa por não deixar de tentar todos os esforços. Enquanto ela própria não estava disposta a aceitar novas incumbências, deu sua benévola aprovação à idéia de um pacto de mútuas garantias entre a Alemanha e suas vizinhas orientais, inclusive a Rússia, e a um complementar tratado de garantias entre a Rússia e a França, tratado a que a Alemanha teria

uma oportunidade de se associar e o qual seria um elo com Locarno e o Covenant. Mas toda a esperança numa realização compreensiva desses planos desfez-se a 10 de setembro de 1934, quando uma nota alemã estabeleceu tantas condições para a discussão da proposta, que elas praticamente tiveram o significado de uma rejeição imediata.

Entretanto, multiplicaram-se os sinais da intenção alemã de levar a sua política agressiva ao limite máximo que permitisse o seu estado de relativa fraqueza. O fato de que, a despeito das limitações impostas pelos tratados, ela já começara a rearmar-se, foi revelado pelo orçamento alemão de março de 1934. Ao mesmo tempo, um discurso de Hitler acentuando os tópicos provocadores da mudança de fronteiras e da unidade racial fez crescer o alarme tanto na França como nos pequenos Estados fronteiriços à Alemanha. Não tardou muito que fatos concretos viessem aumentar essa sensação de perigo. A campanha alemã no Sarre, onde se realizou um plebiscito em janeiro de 1935, foi caracterizada pelas táticas nazistas de fanfarronice e ameaça; e, embora a votação que devolveu aquela área à Alemanha tivesse significado a solução pacífica do que poderia ter sido um problema perigoso, ela não foi, talvez, senão um infeliz encorajamento dos métodos e aspirações nazistas. A pressão nazista sobre Dantzig tornou-se fator seriamente inquietante. A agitação nazista em torno do Memel avolumou-se quase até o perigo de um ataque à Lituânia. Mais sérias que todas, as provocações nazistas na Áustria conduziram em julho de 1934 ao assassinio do chanceler Dollfuss e à perspectiva de uma invasão alemã. Não constituiu surpresa o fato de que durante esse ano os pequenos Estados começaram a esquecer suas diferenças e a reunir-se com o fim de proteger-se mutuamente. A formação de um pacto balcânico em fevereiro e de um pacto báltico em setembro e - mais notável ainda - a corrida tardia dessas pequenas nações para o reconhecimento da União Soviética, mostraram como sentiram o vento que estava soprando.

O governo britânico, contudo, continuava a esperar o melhor, e o retorno do Sarre à Alemanha parecia apresentar uma oportunidade para novos esforços. Hitler, ao tempo de sua retirada da Liga, tinha asseverado que o Sarre representava a única exigência territorial alemã à França. "Quando o território do Sarre tiver sido restituído à Alemanha, somente um louco poderá considerar a possibilidade de uma guerra entre os dois Estados." Sendo Hitler sincero, não parecia haver razões para que um acordo não fosse conseguido.

De conformidade com isto, e como resultado de uma reunião em Londres, a França e a Grã-Bretanha apresentaram uma série de propostas a 3 de fevereiro de 1935. Elas propuseram "uma geral convenção livremente negociada entre a Alemanha e as outras potências", a qual envolvia a remoção das restrições em torno do rearmamento alemão, em troca da volta da Alemanha à Liga das Nações e o abandono de sua parte de todas as intenções agressivas por meio da participação numa série de tratados de não-agressão e de assistência mútua.

A formal resposta alemã foi, como de costume, plausível e especiosa. Expressando um desejo sincero de "promover a salvaguarda da paz", ela se mostrou a favor de pactos bilaterais, como preferíveis a um tratado geral. Mas a verdadeira resposta alemã foi dada na forma de uma ação que mostrou a diferença entre as palavras e as ações. A 10 de março, o general Goering anunciou que a Alemanha já tinha, em violação ao tratado, criado uma força aérea militar. E a 16 de março, enquanto Sir John Simon esperava ir dentro de poucos dias a Berlim para discutir as recentes propostas, um decreto alemão anunciou a restauração do alistamento obrigatório e a criação de um exército de cerca de 550.000 homens.

Política conciliatória britânica

O resultado mostrou o sucesso daquela política de passo-a-passo que era o alicerce da tática hitleriana. "Um hábil conquistador" - tinha Hitler escrito no Mein Kampf - "imporá sempre que possível as suas exigências ao conquistado por meio de fatos consumados. Porque a rendição voluntária mina o caráter de um povo; e com um povo assim pode-se calcular que nenhuma dessas opressões em detalhe fornecerá razões bastantes para que torne a recorrer às armas." Aplicando este princípio, ele o ampliou pelos

constantes esforços para dividir e isolar seus adversários, e uma tentativa para desarmá-los depois de cada golpe de violência que era apresentado como a última das ações dessa natureza. A oferta de uma base aparente para a paz futura.

Cedo tornou-se visível que neste caso não havia perigo algum de um recurso à guerra. Embora a Grã-Bretanha protestasse, ela não se uniria à França na consideração da possibilidade de medidas punitivas. A Grã-Bretanha, a França e a Itália se reuniram em Stresa em abril para condenar a ação alemã - condenação ecoada uma semana mais tarde pela Liga das Nações. A Alemanha não teve obstáculos; e os acontecimentos que se seguiram poderiam, sob certos aspectos, sugerir que a Alemanha estava no caminho de ainda outros avanços como resultado de seu provocante recurso à política da força.

Porque, afinal de contas, impunha-se a pergunta: agora que a Alemanha tem armas, de que modo provavelmente vai usá-las? Todos os que acreditavam em que os verdadeiros propósitos de Hitler estavam expressos no Mein Kampf, viram-se obrigados a prever que uma Alemanha rearmada seguiria uma política de agressão baseada na força. Mas à linguagem do livro poder-se-ia contrapor as expressões de devoção à paz tão freqüentes nos discursos de Hitler. A despeito de uma série de ações que poderiam parecer curiosamente em desacordo com essa aspiração, uma parte da opinião britânica mostrou-se fortemente inclinada a aceitar a palavra de Hitler e desenvolver esforços, até agora fúteis, para o encontro de uma base permanente de concórdia.

Em conseqüência, apenas nove dias depois que a Alemanha anunciou o seu rearmamento, Sir John Simon e Mr. Antony Eden visitaram Berlim e conferenciaram com Hitler e seus oficiais. Embora tivesse sido anunciado depois do encontro que "as aspirações dos dois governos são assegurar e reforçar a paz européia promovendo a cooperação internacional", nenhum resultado específico foi conseguido; e a alegada amistosidade das conversações não impediu a Grã-Bretanha de unir-se à censura à Alemanha em Stresa e Genebra. Mas em maio uma nova oportunidade surgiu para explorar ainda mais as perspectivas de conciliação.

Essa oportunidade se apresentou quando do discurso de Hitler perante o Reichstag, a 21 de maio de 1935. Uma vez mais, ele negou quaisquer propósitos agressivos e insistiu em que uma Alemanha forte e satisfeita seria uma contribuição à paz européia. E ainda mais, subordinou a política alemã a treze pontos que pareciam adequados para oferecer uma base real a um acordo construtivo. Reiterando sua exigência por uma real equidade, Hitler lhe acrescentou a promessa implícita de voltar à Liga se esta fosse separada do Tratado. Prometeu respeitar para o futuro não somente as cláusulas territoriais de Versalhes, mas todos os tratados voluntariamente firmados; e foi tornado claro que isso envolvia a aceitação da zona desmilitarizada ao longo do Reno. Renovou a oferta de concluir pactos de não-agressão com os vizinhos da Alemanha, e aduziu a isto ofertas de um pacto aéreo suplementar ao de Locarno, aceitação de um esquema justo e prático para a limitação dos armamentos e "um arranjo internacional que evitará de um modo efetivo e tornará impossíveis todas as tentativas de interferência externa nos negócios de outros Estados".

Essas ofertas, encorajadoras ao primeiro relance, mostraram-se notavelmente artificiosas mal foram feitas tentativas para transformá-las em realidade. A idéia de um pacto aéreo jamais passou de uma troca de pontos de vista; e um questionário britânico tendente a obter uma explanação mais precisa das idéias de Hitler encontrou contínua escapatória. Um acordo se seguiu rapidamente, mas este dificilmente podia ser encarado como um obstáculo aos progressos de Hitler ou contribuição à segurança coletiva.

Este foi o acordo naval anglo-germânico. Durante a visita de Sir John Simon, Hitler tinha apresentado suas exigências por uma igualdade com a França no ar, e por uma armada igual a 35% da marinha britânica. Estas exigências foram repetidas em seu discurso de 21 de maio. A Grã-Bretanha não teve esperança alguma de fazer a França concordar com a igualdade aérea alemã, mas ela também teve em vista o fato de ter a Alemanha criado uma força aérea eficiente a despeito de todas as objeções. Ficou convencida de que

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

